

Revista Brasileira de Direitos Humanos

v. 14 n. 53

abril/junho 2025

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Carolina Alves de Souza Lima – César Barros Leal – Wagner Balera

Conselho Editorial

Alessandra Silveira (Portugal) – Ana Lucia Sabadell

Antônio Augusto Cançado Trindade (*in memoriam*) – Celso Antonio Pacheco Fiorillo

Claudio Brandão – Clèmerson Merlin Clève – Daniel Antônio de Moraes Sarmento

Eduardo Dias de Souza Ferreira – Fábio Bezerra dos Santos

Fides Angélica de Castro V. M. Ommati – Flávia Cristina Piovesan

Gilberto Marcos Antonio Rodrigues – Julieta Morales Sánchez (México)

Lília Maia de Moraes Sales – Lucineia Rosa dos Santos – Luiz Alberto David Araujo

Marília Cerqueira Lima – Paulo Ferreira da Cunha (Portugal) – Paulo Lopo Saraiva

Pietro de Jesús Lora Alarcón – Renato Zerbini Ribeiro Leão – Ricardo Hasson Sayeg

Rodrigo Murad do Prado – Sérgio Urquhart de Cademartori – Sidney Guerra

Sylvia Helena de Figueiredo Steiner – Vladimir Oliveira da Silveira

Wagner Silveira Feloniuk – Willis Santiago Guerra Filho

Colaboradores deste Volume

Alberto Antonio Morales Sánchez – Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga

Carlos Antonio Matos da Silva – Carolina Juabre Camarinha – César Barros Leal

Flávia Cristina Piovesan – Flávia Sanna Leal de Meirelles – Gisele Pereira Aguiar

Jordana Lara de Abreu Ferreira – Juliana Melo Tsuruda – Julieta Morales Sánchez

Lília Brum de Cerqueira Leite Ribeiro – Marcelo Brito Guimarães

Márcia Walquíria Batista dos Santos – Maria Isabel Esteves de Alcântara

Paul Brandon Villalpando Zumaya

Revista Brasileira de Direitos Humanos

Publicação trimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

Revista Brasileira de Direitos Humanos

n. 1 (abr./jun. 2012)-.– Porto Alegre: Magister, 2012

Trimestral. Coordenação: Carolina Alves de Souza Lima, César Barros Leal e Wagner Balera.

n. 53 (abr./jun. 2025)

ISSN 2238-8249

1. Direito Constitucional – Periódico. 2. Direitos Humanos – Periódico.

CDU 342(05)

CDU 342.7(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20 Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

Com grande satisfação, apresentamos a 53ª edição da *Revista Brasileira de Direitos Humanos*, publicada em formato físico e eletrônico pela Editora Magister, cujo enfoque é a produção científica de excelência, com o incentivo à discussão e à reflexão dos mais variados temas que envolvem os Direitos Humanos.

Os temas dos Direitos Humanos mostram-se a cada dia mais atuais e relevantes para as reflexões e o enfrentamento das demandas do século 21. Englobam estudos e pesquisas interdisciplinares que possibilitam o diálogo com a Filosofia, a Sociologia, a História, a Economia, as Ciências Políticas, a Antropologia, a Psicologia, a Psicanálise, a Assistência Social, a Criminologia, a Vitimologia, as várias áreas do Direito, entre outros saberes que abrem espaço para o diálogo, a discussão e a reflexão sobre as demandas da pessoa humana ligadas às necessidades básicas relacionadas à liberdade, igualdade, solidariedade e respeito à dignidade da pessoa humana. Por isso, almejamos a contribuição de artigos de autores nacionais e estrangeiros de diversas áreas do conhecimento, nesse diálogo instigante e fundamental para promover a cultura e a educação em direitos humanos.

Iniciamos a edição com o estudo intitulado “Liberdades e libertações dos feminismos em uma leitura interseccional”, de autoria de Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga, Carolina Juabre Camarinha e Gisele Pereira Aguiar. A pesquisa objetiva analisar a participação e representatividade das mulheres negras, principalmente brasileiras, mas também estadunidenses, no movimento feminista em suas três primeiras ondas, utilizando o gênero, a raça e a classe como categorias de análise, sob uma perspectiva interseccional do feminismo negro.

Na sequência, apresentamos o artigo dos autores Alberto Antonio Morales Sánchez e Paul Brandon Villalpando Zumaya, provenientes da Universidade Nacional Autônoma do México. O texto se intitula “La instrumentalización de la violencia de género en el discurso político electoral mexicano” e analisa o papel da violência baseada em gênero nos processos eleitorais mais recentes do México, desde sua inclusão nos discursos de campanha até seu impacto sobre as percepções dos cidadãos.

Também da Universidade Nacional Autônoma do México, temos a pesquisa da Professora Julieta Morales Sánchez, cujo tema é “Transversalización de los derechos humanos en la educación universitaria: el caso de la UNAM”. O artigo discute a importância da integração dos direitos humanos no ambiente universitário, com base na ideia de que a universidade deve ser um espaço de construção da cidadania, inclusão, equidade e transformação social.

Seguimos com o estudo “A incorporação dos Princípios de Yogyakarta em julgados do Tribunal de Justiça de São Paulo”, escrito por Flávia Cristina Piovesan

e Marcelo Brito Guimarães. Os autores têm como foco o estudo dos direitos das pessoas LGBTQIA+ e tem como objetivo verificar a utilização, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, dos Princípios de Yogyakarta como fundamento de suas decisões, nesse campo jurídico específico.

Flávia Sanna Leal de Meirelles e Lília Brum de Cerqueira Leite Ribeiro marcam presença na edição com o artigo “Direito internacional e direitos humanos: premissas conceituais e interseções na análise de conquistas e dilemas no século XXI”. O principal objetivo do texto é o estudo das premissas histórico-conceituais do Direito Internacional e dos Direitos Humanos. As autoras fazem uma análise sobre a humanização do Direito Internacional, abordando o ser humano enquanto sujeito desse direito e propositor de dilemas para o século XXI.

Dando sequência à edição, seguimos com o artigo “A Constituição digital brasileira e o reconhecimento de novos direitos fundamentais”, escrito por Márcia Walquíria Batista dos Santos e Carlos Antonio Matos da Silva, que analisam o necessário reconhecimento de novos direitos fundamentais para a formação da Constituição digital brasileira.

Logo após, Maria Isabel Esteves de Alcântara e Jordana Lara de Abreu Ferreira apresentam o estudo “Testamento vital como meio para garantir a construção do direito humano de morrer dignamente no Brasil”. As autoras, além de abordar como o testamento vital pode ser usado para o direito humano de morrer dignamente no Brasil, destacam as implicações socioeconômicas ocasionadas pelo prolongamento do tratamento médico devido à ausência de testamento vital como diretivas antecipadas de vontade do paciente.

Na sequência, o artigo “Empresas e direitos humanos: um diálogo entre deveres e cooperação para alcance do desenvolvimento sustentável”, de Juliana Melo Tsuruda, perscruta a relação entre direito ao desenvolvimento e empresas, com enfoque na ideia de sustentabilidade, objetivando investigar, no contexto dos deveres e responsabilidades no âmbito dos direitos humanos, quais deles podem competir às empresas, visando à efetividade do desenvolvimento sustentável.

Por fim, César Barros Leal reflete sobre os programas dos oito Cursos brasileiros Interdisciplinares em Direitos Humanos, organizados ao longo de uma década pelo Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, observando que uma das preocupações foi a de incluir temas em evidência, polêmicos e inovadores. O estudo intitula-se: “Em sintonia com as demandas da contemporaneidade”.

Como coordenadores da Revista, esperamos que ela seja um periódico de excelência na área dos direitos humanos para todos os interessados em seus temas nas diversas áreas do conhecimento.

Carolina Alves de Souza Lima

César Barros Leal

Wagner Balera

Sumário

Doutrina

1. Liberdades e Libertações dos Feminismos em uma Leitura Interseccional
Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga, Carolina Juabre Camarinha e Gisele Pereira Aguiar 7
2. La Instrumentalización de la Violencia de Género en el Discurso Político Electoral Mexicano
Alberto Antonio Morales Sánchez e Paul Brandon Villalpando Zumaya..... 24
3. Transversalización de los Derechos Humanos en la Educación Universitaria: el Caso de la UNAM
Julieta Morales Sánchez 42
4. A Incorporação dos Princípios de Yogyakarta em Julgados do Tribunal de Justiça de São Paulo
Flávia Cristina Piovesan e Marcelo Brito Guimarães..... 63
5. Direito Internacional e Direitos Humanos: Premissas Conceituais e Interseções na Análise de Conquistas e Dilemas no Século XXI
Flávia Sanna Leal de Meirelles e Lília Brum de Cerqueira Leite Ribeiro..... 77
6. A Constituição Digital Brasileira e o Reconhecimento de Novos Direitos Fundamentais
Márcia Walquíria Batista dos Santos e Carlos Antonio Matos da Silva 93
7. Testamento Vital como Meio para Garantir a Construção do Direito Humano de Morrer Dignamente no Brasil
Maria Isabel Esteves de Alcântara e Jordana Lara de Abreu Ferreira 112
8. Empresas e Direitos Humanos: um Diálogo entre Deveres e Cooperação para Alcance do Desenvolvimento Sustentável
Juliana Melo Tsuruda 143

Reflexão Teórica

1. Em Sintonia com as Demandas da Contemporaneidade
César Barros Leal 159

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Proteção da Dignidade da Pessoa Humana. Menores Haitianas. Dispensa de Visto. Direito à Reunião Familiar. Lei de Migração. Omissão Ilegítima da Administração Pública. Tema 173 da Repercussão Geral. Ausência de Ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes. Agravo Interno a que se Nega Provimento
Red. p/o Acórdão Min. Alexandre de Moraes 170

2. Supremo Tribunal Federal – Ingresso de Estrangeiros no Território Nacional. Crianças Haitianas. Reunião Familiar. Proteção Integral e Absoluta Prioridade dos Direitos da Criança e do Adolescente. Possibilidade de Ingresso sem a Necessidade de Visto. Provimento do Recurso Extraordinário <i>Red. p/o Acórdão Min. Edson Fachin</i>	186
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189